Ofício nº 013/2025-DE/PRES

Brasília/DF, 23 de junho de 2025

Ao Ilustríssimo Senhor **COSTA NETO**

Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (SINDJUS/DF) sindjus@sindjusdf.org.br

ASSUNTO: Solicita revisão dos termos da proposta de reajuste para 2026, em consideração aos Técnicos Judiciários

Senhor Presidente,

Dirigimo-nos a Vossa Senhoria em nome da Associação Nacional dos Técnicos do Poder Judiciário (ANATECJUS), após devidamente instada a promover o presente expediente, para expôr preocupação com as recentes declarações proferidas na rede social do SINDJUS/DF, no *Instagram*, sobre a proposta de reajuste para 2026, em negociação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Recebemos com grande apreensão a notícia de que se avança na construção de uma proposta de reajuste linear, com 5% sobre o Vencimento Básico (VB) e a alteração da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) para 165%. Embora reconheçamos a intenção de buscar a recomposição salarial, a modalidade ventilada ignora uma das mais importantes e justas bandeiras da categoria, aprovada em sucessivas plenárias promovidas pela FENAJUFE: a redução da abissal diferença remuneratória entre os cargos.

Apelamos a vossa sensibilidade para a situação dos Técnicos Judiciários. Somos servidores que, assim como os Analistas, contribuímos com igual dedicação e competência para o cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sofremos as mesmas agruras da profissão e, não raro, somos compelidos pela Administração a assumir responsabilidades e tarefas da mais alta complexidade, sendo exigidos por nossa qualificação e desenvolvimento.

Portanto, um reajuste linear, como o que foi mencionado, não apenas falha em iniciar a correção dessa distorção histórica, como a agrava de forma alarmante. Tal proposta elevaria a diferença salarial no final da carreira de R\$ 8.708,81 para R\$ 10.287,28, **um aumento de 18,12% na disparidade**. Isso representa um retrocesso inaceitável e um duro golpe na moral de milhares de Técnicos que esperam ver a justiça ser aplicada dentro de nossa própria casa.

Com a devida vênia, mas se mostra incoerente e contraproducente agravar a disparidade salarial entre os cargos para depois estudar uma forma de reduzi-la para a reestruturação de carreiras, ainda mais cientes das regras fiscais rigorosas em vigor. Alerte-se que tal medida, de aplicar um reajuste linear aos servidores para tentar reduzir diferenças remuneratórias depois, tende a impedir melhorias financeiras para todos os servidores, em especial aos colegas Analistas, na medida que a diferença maior entre os cargos necessitará de um reajuste maior para correção das disparidades, demandando mais orçamento.

Além disso, adiar a reestruturação da carreira em prol de um reajuste linear é adiar a justiça. Por essa razão, a ANATECJUS elaborou e apresentou formalmente duas propostas alternativas (em anexo) que, ao mesmo tempo em que buscam a recomposição de perdas, iniciam de fato a reestruturação ao promover uma discreta sobreposição de padrões entre as carreiras, com o Técnico em final de carreira alcançando o primeiro nível do cargo de Analista.

Ao final, conforme se pode verificar dos números das propostas, os aumentos concedidos se assemelham, não havendo vantagem financeira sobre nenhum dos cargos.

Pugnamos, portanto, para que Vossa Senhoria, na qualidade de negociante do Fórum de Carreiras, analise com a devida atenção as propostas da ANATECJUS. Pedimos que reconsidere a defesa de um reajuste linear para reconhecer o mérito dos Técnicos Judiciários, em especial do Distrito Federal, base do SINDJUS/DF.

Acreditamos que a união em torno de um projeto coerente e justo é o único caminho para a carreira que todos almejamos. Certos de contarmos com vossa compreensão e compromisso com a totalidade dos servidores, colocamo-nos à inteira disposição para o diálogo através do email institucional: diretoria@anatecjus.org.br.

Cordialmente,

THIAGO CAPISTRANO ANDRADE Diretor Presidente da ANATECJUS